

Pescas

Mutismo nas negociações com a Espanha

Nenhum comentário foi feito pelos participantes nas negociações ao fim do primeiro round-travado em Lisboa para a renovação do acordo entre Portugal e Espanha no domínio das pescas. No entanto, uma fonte oficial citada pela ANOP terá admitido um maior empenhamento da parte portuguesa em tentar reduzir o esforço de pesca de barcos espanhóis nas nossas águas territoriais.

As negociações deverão em princípio, terminar hoje, na Direcção-Geral das Pescas. Julga-se que o pedido de demissão de Adolfo Suarez do cargo

de primeiro-ministro espanhol, venha a afectar a capacidade negocial da delegação do seu país.

As delegações de ambos os países integram representantes dos armadores e dos pescadores, sendo a portuguesa presidida pelo director-geral de Pescas, Miranda Mendes e a espanhola pelo titular do mesmo cargo, em Espanha, Gonzalo Vazquez.

Enquanto decorrem estas negociações com a Espanha, o secretário de Estado das Pescas está a receber sindicatos e armadores com o intuito de estabelecer os «primeiros contactos»

com representantes de trabalhadores e do patronato.

Após a reunião de ontem com os armadores resultou a ideia de que os parceiros sociais do sector devem aproveitar o período de defeso que se vai seguir na pesca da sardinha (meses de Fevereiro e Março) para sugerirem ao Governo «medidas que possam contribuir para atenuar algumas das dificuldades que têm vindo a ser divulgadas».

Nessas dificuldades inclui-se, naturalmente, preço do gasóleo, que os armadores reivindicam seja baixado para metade do actual (está a 16,5 escudos o litro).



"DIÁRIO POPULAR"

DEVIDO À DEMISSÃO DE ADOLFO SUÁREZ

**ACORDO DE PESCA LUSO-ESPANHOL
PODERÁ ESTAR COMPROMETIDO**

«Os espanhóis estão a conseguir aquilo que querem», lamentava-se esta manhã uma pessoa bastante ligada ao sector das pescas, a propósito da segunda prorrogação do prazo-limite do acordo de pescas entre Portugal e o país vizinho.

A validade do acordo, como o «DP» oportunamente noticiou, caducou no final do ano passado, tendo a Espanha solicitado ao Governo português a sua prorrogação, o que veio a verificar-se. Este adiamento — por mais um mês — deveu-se essencialmente ao fracasso das negociações entre delegações dos dois países, em Novembro

último, e à dificuldade de marcação de nova reunião.

Foi neste contexto que se iniciaram ontem novas negociações entre os dois países, e nos quais Portugal vai continuar a propor uma diminuição das licenças a conceder aos barcos espanhóis que operam regularmente nas nossas águas e os negociadores do país vizinho vão insistir no aumento dessas mesmas licenças.

Assinale-se que, desta vez, as negociações são apenas entre representantes governamentais dos dois países, tendo sido afastados, apesar da sua opinião em contrário,

os armadores e os pescadores.

Por outro lado, a demissão do primeiro-ministro espanhol, Adolfo Suárez, poderá fazer adiar estas conversações, facto que especialistas do sector vêem com grande

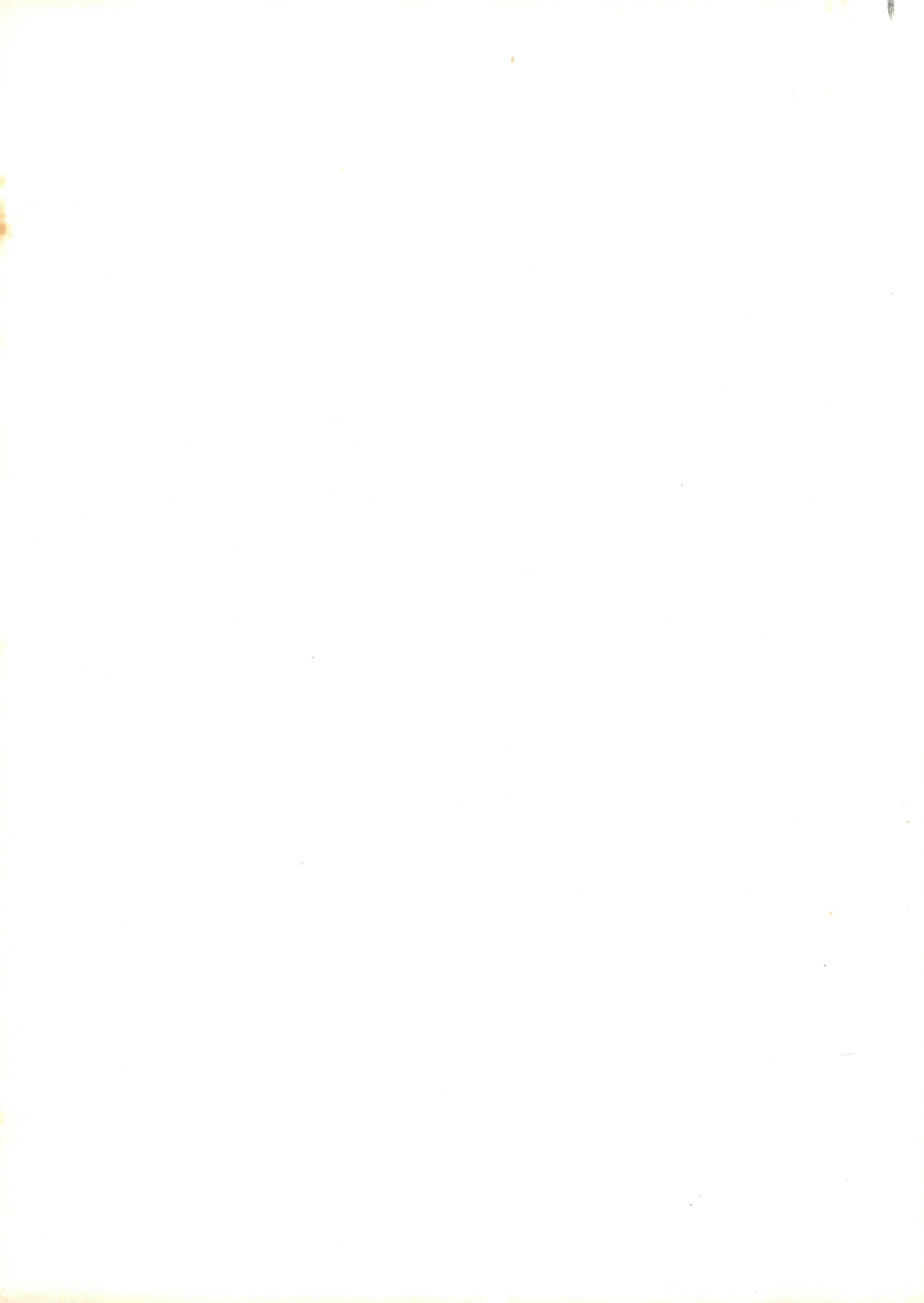
apreensão. A propósito deste hipotético adiamento, entrámos em contacto com o Ministério da Agricultura e Pescas, mas não conseguimos obter qualquer informação.

Governo receptivo a sugestões de armadores e pescadores

Entretanto, durante uma reunião do secretário de Estado das Pescas com armadores e industriais, foi salientado que o Governo está receptivo às sugestões de armadores e pescadores tendentes a atenuar os problemas do sector.

Uma fonte do Ministério da Agricultura e Pescas disse à

Anop que as diversas entidades do sector devem aproveitar o período de defeso que vai seguir-se na pesca da sardinha — os próximos dois meses — para sugerirem ao Governo medidas que possam contribuir para atenuar algumas das dificuldades das pescas nacionais.



30 PRIMEIRO DE JANEIRO

PESCAS LUSO-ESPAÑHOLAS

Negociações difíceis já começaram

A primeira sessão de negociações para a renovação do acordo de pescas luso-espanhol terminou ontem, ao fim da tarde, em Lisboa, saldando-se pelo mutismo das entidades oficiais quanto a resultados concretos.

As negociações serão retomadas hoje na Direcção-Geral de Pescas, esperando-se que seja o último dia desta reunião.

Entretanto, a capacidade negocial da delegação espanhola terá sido afectada pelo conhecimento do pedido de demissão do primeiro-ministro Adolfo Suarez — e omitiu uma fonte oficial.

A mesma fonte adiantou ser previsível que a delegação portuguesa se empenhe em tentar reduzir o esforço de pesca nas águas territoriais portuguesas.

As delegações de ambos os países integram representantes dos armadores e dos pescadores, sendo a portuguesa presidida pelo director-geral de Pescas, Miranda Mendes, e a espanhola pelo titular do mesmo cargo em Espanha, Gonzalo Vazquez.



NEGOCIAÇÕES JÁ COMEÇARAM

PESCAS DIFÍCEIS COM A ESPANHA

O director-geral de Pescas, Miranda Mendes afirmou ontem à entrada para a sala onde se reuniria com os congéneres espanhóis que as negociações para a concessão de licenças de pesca a barcos do país vizinho, em águas territoriais portuguesas, não deveriam atingir resultados diferentes dos tomados na última reunião efectuada em Novembro do ano transacto.

Com efeito, Miranda Mendes não esconderia as muitas dificuldades encontradas durante as conversações, por forma a che-

gar a um consenso na renovação dos contratos de pesca com a Espanha.

As negociações, que se reiniciam ontem e que deverão prolongar hoje, não deverão trazer nada de novo a este controverso capítulo, dado que Portugal não pretende abdicar da posição tomada na reunião de Novembro, o mesmo que, se espera verha a acontecer com a Espanha.

Recordando as posições dessa última reunião, a Espanha não pretende ver alterado o acordo de 1980 e que se cifra

em 470 licenças, enquanto que Portugal contrapõe uma proposta de concessão de 245.

Faço, contudo, ao crescente aumento de barcos espanhóis em águas portuguesas, proveniente de facto da frota pesqueira espanhola ultrapassar as suas próprias necessidades territoriais, o director-geral das Pescas acrescentou que no futuro tornar-se-á necessário vir a utilizar uma intensificação da Marinha portuguesa, de modo a permitir uma maior fiscalização.



Suarez abala as conversações do acordo de pescas ibérico

A primeira sessão da segunda série de reuniões tendentes à renovação do acordo de pesca entre os dois países ibéricos, ontem havida em Lisboa, foi perturbada pelo conhecimento do pedido de demissão do primeiro-ministro espanhol, Adolfo Suarez.

A Direcção-Geral de Pescas albergará hoje de novo as delegações dos dois países irmãs para conversações que, já antes daquela ocorrência, eram consideradas "difíceis", embora não "agressivas".

A primeira série de negociações para a renovação deste acordo teve lugar em Novembro do ano passado, tendo a posição portuguesa sido de "não cedência às condições propostas". As conversações foram entretanto interrompidas devido a crise governativa que a morte de Sá Carneiro e a criação do novo Governo instauraram entre nós.

O acordo que devia vigorar apenas até ao último dia de 1980 foi, assim prorrogado: primeiro, até ao final de

Janeiro e posteriormente até ao último dia do mês que vai agora começar.

Nas reuniões de Novembro, Portugal tinha proposto a concessão por parte da Espanha de 162 licenças de pesca para que embarcações portuguesas operassem em águas territoriais espanholas.

Perante aquela proposta, os espanhóis responderam com um pedido de 451 licenças para a sua frota em águas territoriais portuguesas, tendo Portugal apresentado então a contraproposta de 245 licenças para barcos portu-

gueses pescarem nas águas espanholas.

Como entretanto a Espanha recusou a contraproposta portuguesa, prevê-se que as conversações ontem reiniciadas tenham reacendido o problema.

As delegações de ambos os países integram representantes dos armadores e dos pescadores, sendo a portuguesa presidida pelo director-geral das Pescas, Miranda Mendes, e a espanhola pelo titular do mesmo cargo, Gonzalo Vasquez.



30 - 1 - 81

Recomeçaram negociações do acordo com Espanha

Portugal e Espanha recomeçaram ontem a negociar, na Direcção-Geral das Pescas, em Lisboa, a renovação do acordo de pescas luso-espanhol. Hoje haverá um novo encontro entre as delegações dos dois países.

Ao contrário do que tem acontecido em anos anteriores, os sindicatos de pescadores e as associações de armadores portugueses não foram convocados para as negociações em curso, apesar das promessas feitas pelo MAP ainda recentemente.

A falta do MAP a um compromisso assumido levou a Comissão Pró-Federação dos Sindicatos de Pescadores de todo o país a reunir-se ontem, tendo ficado acordada a realização de uma conferência de Imprensa, na próxima terça-feira, para denunciar este facto e divulgar o resultado de um encontro recente com o secretário de Estado das Pescas.

As negociações do acordo de pescas luso-espanhol começaram em Novembro passado, em Lisboa, não tendo, todavia, os directores-gerais das Pescas dos dois países chegado a um consenso na altura. Nessa reunião Portugal começou por propôr a Espanha a concessão de 162 licenças para embarcações nacionais operarem em águas daquele país.

Àquela proposta os espanhóis responderam com um pedido de 451 licenças para a sua frota pescar em águas territoriais portuguesas, ao que Portugal contrapôs 245 licenças para barcos portugueses pescarem em águas espanholas.

As autoridades de Espanha não aceitaram a contraproposta do Governo português que, segundo tudo indica, se mantém disposto a não aumentar o número de licenças a conceder em 1981. O director-geral das Pescas de Portugal, Miranda Mendês, declarou já, aliás, que aquela proposta será mantida nas negociações em curso.



DEMISSÃO DE SUAREZ PODE DIFICULTAR ACORDO PESQUEIRO

Iniciaram-se ontem em Lisboa, prolongando-se por dois dias, as negociações entre Portugal e Espanha para um novo acordo bilateral no âmbito das peccas, a vigorar durante o corrente ano.

No entanto, presume-se que surgirão alguns adiamentos nas conversações, devido ao pedido de demissão apresentado ontem pelo primeiro-ministro espanhol, Adolfo Suarez, o qual poderá restringir a capacidade negociadora da delegação.

As negociações foram retomadas após o nosso País ter recebido as contrapropostas espanholas quanto ao número de licenças de pesca a conceder por ambas as partes.

O acordo actualmente vigente deveria ter caducado em 31 de Dezembro último mas as dificuldades verificadas nas negociações provocaram já por duas vezes a prorrogação dos prazos. Neste momento e segundo uma fonte do Ministério da Agricultura e Pescas, o actual acordo não será mais objecto de protelamento caducando no próximo dia 28 de Fevereiro.

Como ponto de partida para as negociações que agora decorrem os espanhóis propuseram 451 li-

cenças para a sua frota enquanto Portugal reivindicou para si apenas 245. Ambos, no entanto, discordaram da posição da outra parte.

PESCA DE SARDINHA APROVEITA DEFESO

O período que se prolonga entre o fim deste mês e Abril próximo deverá servir aos armadores da pesca da sardinha para reflectirem sobre as dificuldades sentidas no sector por causa do aumento do preço do gasóleo e formularem propostas ao Governo, afirmaram-nos ontem fontes próximas do Ministério da Agricultura e Pescas.

O secretário de Estado das Pescas, Gonçalves Viana, reuniu-se, esta semana, com os sindicatos e os armadores de todo o país, em reuniões onde foram abordadas questões genéricas e que constituiram um primeiro contacto entre as várias partes.

Foi-nos, contudo, desmentido, que os armadores da sardinha tenham formulado um «ultimato» ao Governo, condicionando uma eventual paralisação da frota à substancial redução do preço do gasóleo.





A pobreza das nossas águas, provocada por atentados de toda a ordem, não pode, de forma alguma, compadecer-se com a amizade tradicional entre Portugal e Espanha. Esta uma das razões fundamentais que conduz à morosidade das negociações

DIFÍCEIS MAS NÃO AGRESSIVAS

Negociações do acordo de pescas entre Portugal e a Espanha

Portugal e Espanha iniciaram ontem em Lisboa as negociações para a renovação do acordo de pescas entre os dois países.

Segundo o Ministério da Agricultura e Pescas, o acordo de pescas estabelecido em 1980 foi já prorrogado por duas vezes, sendo a primeira data limite em 31 de Janeiro e a segunda marcada para 28 de Fevereiro de 1981.

Durante as reuniões efectuadas em Novembro de 1980 entre os directores-gerais das pescas dos dois países, a posição portuguesa

em relação ao acordo, na ocasião, foi de «não cedência às condições propostas».

Nessa reunião, Portugal tinha proposto a concessão por parte de Espanha de 162 licenças de pesca para que embarcações portuguesas operassem em águas territoriais espanholas.

Perante esta proposta, os espanhóis responderam com um pedido de 451 licenças

para a sua frota em águas territoriais portuguesas, tendo Portugal apresentado então a contraproposta de 245 licenças para barcos portugueses pescarem nas águas espanholas.

Como entretanto a Espanha recusou a contraproposta portuguesa prevê-se que as negociações ora retomadas voltem a reacender o problema.

Segundo o director-geral das Pegas de Portugal, Miranda Mendes, Portugal manterá a proposta de con-

cessão de licenças apresentada durante as negociações de Novembro de 1980.

Todavia, Miranda Mendes admitiu que a delegação espanhola, chefiada pelo director-geral das pescas de Espanha, Gonzalo Vazquez, possa vir a propor o aumento das licenças a conceder por Portugal.

O director-geral português prevê ainda que as negociações de hoje venham a ser «difíceis, mas não agressivas».

